



Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

(102315-ESP-UNESP-INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS-C.BOTUCATU)

OBJETO

CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ITENS DE INFORMÁTICA REMANESCENTES PELO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS E DEMAIS UNIDADES PARTICÍPES PERTENCENTES À REGIONAL Nº3 DA UNESP DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, ADMITIDA PRORROGAÇÃO DE QUANTITATIVO E VIGÊNCIA, POR IGUAL PERÍODO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.578.055,21

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
11. DOS RECURSOS	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº 0466/2026-IBB)

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP**, por meio da **SEÇÃO TÉCNICA DE MATERIAIS DO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS**, sediado na Rua Professor Doutor Antônio Celso Wagner Zanin, 250 CEP: 18618-689, Distrito de Rubião Júnior – Botucatu/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a : Constituição de sistema de registro de preço para futuras aquisições de itens de informática REMANESCENTES pelo Instituto de Biociências e demais unidades partícipes pertencentes à regional nº3 da UNESP durante o período de 12 meses, admitida prorrogação de quantitativo e vigência, por igual período, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos itens, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item;**

5.1.2. **Marca;**

5.1.3. **Fabricante;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital,



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

Para TODOS Itens (01 a 37)	0,5%
-----------------------------------	-------------

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após



Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por Grupos de itens:
- 6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços, os valores unitários máximos registrados no portal Compras.gov.br.
- 6.20.2. Neste certame para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.
- 6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indícios de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecução, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo 1 deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP



Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período (a critério do pregoeiro), contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

9.6. A validade da da Ata de registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado o preço vantajoso.

9.6.1. Em caso de prorrogação da Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pele e-mail*: materiais.ibb@unesp.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a ata de registro de preço no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. **A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa de acordo com a Portaria UNESP nº 135/2023.**
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Botucatu

Seção Técnica de Materiais
(14)3880-0800
Materiais.ibb@unesp.br

R. Prof. Doutor Antonio Celso Wagner Zanin, 250
CEP: 18618-689 - Botucatu/SP





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas no subitem anterior.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: materiais.ibb@unesp.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet www.unesp.br/licitacoes e no sistema Compras GOV**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.





Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.
Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 09/01/2026

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: www.unesp.br/licitacoes

14.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.14.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

14.14.3. ANEXO III - Minuta de Ata de registro de Preços;

14.14.4. ANEXO IV - Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável (Portaria 135 – Unesp);

14.14.5. ANEXO V – Modelo de Declarações

Botucatu, 27 de maio de 2026.

Flávia Fernandes Vernini Rodelli
Diretora da Divisão Técnica Administrativa



ESP-UNESP-INSTITUTO DE BIOCIENCIAS-C.BOTUCATU

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	102315-ESP-UNESP-INSTITUTO DE BIOCIENCIAS-C. BOTUCATU	ANDRE VICENTE RUIZ DE MATOS	27/05/2026 11:21 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	197/2026	0466/2026-IBB

1. 1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constituição de Sistema de Registro de Preço para futuras aquisições de Itens de Informática pelo Instituto de Biociências e demais Unidades partícipes pertencentes à regional nº3 da UNESP e à Reitoria, durante o período de 12 meses, admitida prorrogação de quantitativo e vigência, por igual período, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem os lotes neste instrumento.

Lote	Item	Descritivo	CatMat	Valor Unitário Estimado
1	1	Adaptador de Rede USB sem fio Padrões Wi-Fi Suportados: IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6), 802.11ac, 802.11n Frequências Operacionais: Dual Band – 2,4 GHz e 5 GHz Velocidade Máxima de Transmissão – Mínimo aceitável: 2.4 GHz: até 574 Mbps 5 GHz: até 1201 Mbps (Total combinado mínimo: 1775 Mbps)	474885	R\$ 149,83
		Mouse Sem Fio Descrição Técnica Conexão: Sem fio via receptor USB 2.4 GHz		

1	2	<p>Alcance: Até 10 metros</p> <p>Sensor: Óptico</p> <p>Design Ambidestro</p> <p>Botões: 2 botões e 1 scroll</p> <p>Fonte de Alimentação: Pilhas AA ou AAA (incluídas) com suspensão automática de energia.</p> <p>Certificado ANATEL.</p>	464166	R\$ 135,95
1	3	<p>Teclado sem fio com trackpad</p> <p>Kit de mouse e teclado sem fio, com tecnologia sem fio de 2,4 gigahertz (GHz) com receptor USB único, indicador de duração da pilha, criptografia AES (Advanced Encryption Standard) de 128 bits.</p> <p>Teclado padrão ABNT-2 com no mínimo 104 teclas, sendo obrigatório “Ç”, com dispositivo de ajuste de inclinação vertical, mouse com ergonomia para destros e canhotos, scroll do mouse pode ser usado como 3º botão, alimentação através de pilhas.</p> <p>GARANTIA: 01 (um) ano.</p>	451820	R\$ 189,64
1	4	<p>Caixa de Som para Computador 3W RMS.</p> <p>Caixa de Som para Computador 3W Rms;</p> <p>Botão Liga/desliga com Led Indicador</p> <p>Botão De Volume, Saida para Fone de Ouvido;</p> <p>Com Manual Técnico; Entrada de energia USB; Na Cor Preto /cinza.</p> <p>Garantia 90 Dias A Contar Da Entrega</p> <p>Produto Certificado ANATEL;</p>	450440	R\$ 62,85
1	5	<p>Cabo Adaptador Displayport para Hdmi.</p> <p>Conversor Vídeo Ultra HD 1080p Entrada Displayport (DP) Macho e Saída HDMI Fêmea Vídeo e Áudio Monitor Projetor Gamers</p>	435888	R\$ 95,12
1	6	<p>Cabo Adaptador GV HDMI-macho para VGA-fêmea Cbh.641.</p> <p>Cabo Adaptador GV HDMI-macho para VGA-fêmea Cbh.641. O Conversor HDMI para VGA converte a conexão digital HDMI em conexão Analógica de vídeo VGA.</p> <p>Resolução máxima: 1080p</p>	435920	R\$ 53,98

		Conexões: HDMI macho, VGA fêmea e P2 para áudio		
1	7	<p>Cabo Hdmi 15 Metros 4k 2.0 Com Conector 24k Gold Blindado</p> <p>Com entrada HDMI 2.0 24K GOLD e saída HDMI 2.0 24K GOLD; Material de revestimento do conector é banhado ouro 24k; Comprimento do cabo: 15 metros.</p>	625976	R\$ 189,67
1	8	<p>Fone de ouvido Headset com fio</p> <p>Arco de cabeça almofadado e almofadas de ouvido;</p> <p>Tipo de conexão: USB-A (Plug & Play);</p> <p>Tipo de microfone: Bidirecional com cancelamento de ruído;</p> <p>Resposta de frequência (headset): 20 Hz – 20 kHz;</p> <p>Resposta de frequência (microfone): 100 Hz – 10 kHz;</p> <p>Sensibilidade (headset): 94 dBV /Pa ± 3 dB;</p> <p>Sensibilidade (microfone): -17 dBV/Pa ± 4 dB;</p> <p>Impedância de entrada: 32 Ohms;</p> <p>Drivers de áudio: 30 mm;</p> <p>Controles no cabo: Ajuste de volume e botão de mudo;</p> <p>Comprimento do cabo: 1,9 metros;</p> <p>Garantia 2 anos;</p> <p>Marca/modelo de referência: Logitech H390</p>	621478	R\$ 250,62
1	9	<p>Câmera para Videoconferência</p> <p>Chamadas de vídeo 1080p a 30 quadros por segundo (até 1920 x 1080 pixels);</p> <p>Campo de visão diagonal de 78° (dFOV);</p> <p>Zoom digital (Full HD) de 1,2x disponível;</p> <p>Tela de privacidade integrada;</p> <p>Compressão de vídeo H.264;</p> <p>Auto-foco em HD;</p> <p>Microfones estéreo duplos integrados com redução de ruído automática;</p> <p>Correção automática de pouca luz;</p> <p>USB 2.0 de alta velocidade (pronto para USB 3.0);</p> <p>Com cabo USB de 1,83m incluso;</p>	608702	R\$ 549,97

		<p>Clique universal e rosca de 1/4" para montagem em tripé;</p> <p>Certificados: FCC,CE, UL, TUVT, RoHS,WEEE.</p> <p>Compatibilidade: Windows® 7, Windows 8, ou Windows 10; Mac® OS X 10.7 ou posterior;</p> <p>SUSE Linux® 11 SP2 (para Cisco® VXC6215);</p> <p>Garantia de 3 anos;</p> <p>Marca/modelo de referência:</p> <p>Logitech C925e</p>		
1	10	<p>Splitter HDMI- Divisor de sinal HDMI</p> <p>Splitter Extender HDMI com 1 entrada e 4 saídas, ligação de 1 dispositivo HDMI com saída HDMI em até 4 monitores, tv e telas, reprodução da mesma imagem em até 4 telas. Acompanhada de fonte de 5v e suporte a transmissão 3D. Distância mínima de 55m</p>	625974	R\$ 268,20
1	11	<p>Splitter HDMI- Divisor de sinal HDMI</p> <p>Splitter Extender HDMI com 1 entrada e 8 saídas, ligação de 1 dispositivo HDMI com saída HDMI em até 4 monitores, tv e telas, reprodução da mesma imagem em até 4 telas. Acompanhada de fonte de 5v e suporte a transmissão 3D. Distância mínima de 55m</p>	615201	R\$ 311,89
1	12	<p>Switcher HDMI - Seletor de Sinal HDMI</p> <p>Switcher HDMI com 4 entradas e 1 saída, ligação de 4 dispositivo HDMI com saída HDMI para 1 monitor, tv ou tela. Acompanhada de fonte de 5v e suporte a transmissão 3D.</p>	622760	R\$ 403,38
1	13	<p>Extensor HDMI</p> <p>Distância Máxima de Transmissão: Até 120 metros via cabo Cat5e ou Cat6.</p> <p>Formato de Sinal: Suporta HDMI 1.3, com resolução até 1080p (Full HD).</p> <p>Conexões:</p> <p>Entrada (TX): 1 x HDMI (para dispositivos de origem, como Blu-ray, consoles, PC, etc.).</p> <p>Saída (RX): 1 x RJ45 (para cabo de rede Cat5e/Cat6).</p> <p>Resolução de Vídeo Suportada: Até 1080p (Full HD).</p> <p>Áudio Suportado: Áudio digital e analógico.</p>	625974	R\$ 917,61

		<p>Suporte a TCP/IP: Permite a transmissão de sinais HDMI através de rede Ethernet, utilizando padrão TCP/IP.</p> <p>Fonte de Alimentação: DC 5V, com adaptadores inclusos para o transmissor e receptor.</p> <p>Temperatura de Operação: De 0°C a 40°C.</p> <p>Compatibilidade com Switches de Rede: Pode ser expandido para vários receptores ao conectar a um switch de rede com múltiplas portas.</p>		
1	14	<p>Pen Drive 32GB</p> <p>Pen Drive 32GB - Entrada USB 3.0; Interface: USB 3.0; Com capacidade de 32GB de Armazenamento; Protege arquivos com o software SanDisk SecureAccess que acompanha o produto; Compatibilidade: é compatível com a maioria dos sistemas operacionais Windows e Mac. e Linux: Armazenamento apenas.</p>	612258	R\$ 57,11
1	15	<p>SSD Externo Portátil 1TB USB-C</p> <p>Capacidade de armazenamento digital 1 TB, Interface do disco rígido USB 3.2, Tecnologia de conectividade USB, Fator forma do disco rígido 2,5 Polegadas, Velocidade de leitura 800 mbps, Velocidade de gravação 80 mbps, Interface de hardware USB 3.2 Gen 2, USB-C</p> <p>Garantia 1 ano</p> <p>Marca/Modelo de Referência: SanDisk SDSSDE30-1T00-G26</p>	627107	R\$ 1.033,37
1	16	<p>HD Externo 1TB</p> <p>HD Externo Portátil com 1 TB de capacidade, conexão USB 3.0 e/ou superior, plug-and-play, alimentação por USB não sendo necessária nenhuma fonte de alimentação separada.</p> <p>GARANTIA: 01 (um) ano.</p>	397354	R\$ 767,70
1	17	<p>Monitor de vídeo</p> <p>Monitor de Video; Tecnologia Led; Padrao D-sub (rgb), Dvi Ou Display Port e Hdmi; de 21,5' , Widescreen(16:9); Resolucao de 1920x1080 Pixels; Tela de Tecnologia de Led; Controle de Ajuste Posição Horizontal e Vertical; para Tamanho, Posição, Cor Brilho, Contraste, Tempo Deresposta 6 Ms; Garantia de 12 Meses; Com Em Português; Com Cabo de Forca, Cabo Dvi, cabo Hdmi;</p>	620142	R\$ 743,94
2	18	<p>Bateria de Lithium 3V CR2032</p> <p>Baterias não recarregáveis em condutores elétricos e equipamentos de força e distribuição; Bateria de Lithium 3V CR2032 - Formato Botão</p>	313931	R\$ 4,73

2	19	<p>Fonte Alimentação Chaveada ATX, 24 Pinos no Conector SATA, 400W 20+4 Pinos</p> <p>Fonte de Alimentação para Microcomputador</p> <p>Chaveada Padrão ATX, 24 Pinos com Conector SATA; Alimentação 110v/220v com chaveamento automático, 60hz 400 W, 1 Conector para Placa Mãe 20+4 Pinos, 1 Conector 6 Pinos, 1 Conector 4 Pinos, 2 Conectores SATA, PFC Ativo e rendimento superior a 80%</p>	378324	R\$ 267,25
2	20	<p>Placa de Vídeo PCI-E 1GB, DDR3, HDMI / DVI / VGA:</p> <p>Placa De Vídeo Controladora De Vídeo, PCI-E Ati Hd5450 64 Bits; Padrão do Barramento PCI;</p> <p>Com Memória de 1GB, DDR3; Acelerador de Reprodução de Vídeo Dedicado Uvd2; Resolução Máxima 2560 X 1600;</p> <p>Conexão HDMI / DVI / VGA; Com Manual em Português; Garantia Mínima de 12 Meses</p> <p>Com Driver de Instalação, Pannel de Placa de Perfil Baixo</p>	619314	R\$ 999,53
2	21	<p>SSD 480GB – Formato 2,5"</p> <p>Interface: SATA Rev. 3.0 (6 GB/s) compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0 (3 GB/s); Capacidade: 480GB; Performance de Referência: até 500MN/s para Leitura e 450 MB /s de Gravação.</p>	449232	R\$ 558,50
2	22	<p>Placa USB 3.0 5gbps Pci-e X1 Com 2 Portas + Perfil Baixo Comm5 - 2usb-pci-e.</p> <p>Adiciona portas de comunicação USB 3.0 através do barramento PCI Express; Conexão com impressoras USB, modems, balanças, leitores de códigos de barras, pin pads, centrais de segurança, etc.; Leitura e transferência de dados através da porta USB.</p>	253865	R\$ 81,29
2	23	<p>Módulo de Memória 16GB – DDR4</p> <p>Memória RAM, 16GB, 3200MHz, DDR4, CL16, Preto - KF432C16BB1/16</p>	622838	R\$ 1.007,23
		<p>SSD NVMe</p> <p>Tipo: SSD NVMe (Non-Volatile Memory Express) M.2 2280</p> <p>Interface: PCIe Gen3 x4 (compatível com slot M.2 NVMe da Dell Optiplex 3000)</p> <p>Capacidade mínima: 479 GB</p> <p>Formato: M.2 2280 (22 mm de largura x 80 mm de comprimento)</p>		

2	24	<p>Velocidade de Leitura Sequencial: Até 3.500 MB/s</p> <p>Velocidade de Gravação Sequencial: Max 3.000 MB/s</p> <p>Durabilidade: TBW (Terabytes Written) compatível com uso intensivo, geralmente acima de 150 TBW</p> <p>Tecnologia: NAND Flash 3D TLC ou superior (para durabilidade e desempenho)</p> <p>Compatibilidade: Confirmada com Dell Optiplex 3000 series, sistema operacional</p> <p>MTBF: 1.500.000 horas</p> <p>Garantia limitada de 3-anos ou mais</p> <p>Windows e Linux</p>	627121	R\$ 816,13
2	25	<p>Placa de vídeo compatível com Dell Optiplex 3000</p> <p>Mínimo de CUDA Cores: 2304 unidades</p> <p>Clock de Núcleo (Boost) mínimo: 1400 MHz</p> <p>Perfil Baixo (Low Profile)</p> <p>Memória mín: 6Gb GDDR6 – 96-bit ou superior</p> <p>Velocidade da Memória: Min 14 Gbps</p> <p>DirectX 12</p> <p>Interface: PCIe 4.0</p> <p>TDP: ~70W (não requer conector de energia extra em muitos modelos)</p> <p>Suporte a CUDA: Sim (compatível com CUDA Toolkit para deep learning)</p> <p>Suporte a FP16: Sim, para aceleração de cálculos em IA</p> <p>Saídas de Vídeo mínimo: 1 x HDMI e 1 x Display Port</p> <p>Uso: Treinamento leve de modelos de IA, inferência e uso geral</p> <p>Produto de Referência: GeForce RTX 3050</p>	629122	R\$ 2.017,42
2	26	<p>Disco Rígido 1TB</p> <p>Unidade Disco</p> <p>Tipo: Rígido</p> <p>Capacidade: 1 TB.</p> <p>Tamanho: 3,5 POL</p> <p>Características Adicionais: Hot-Swap, Taxa Transferência 150 Mb/S</p> <p>Padrão: Serial Attached Scsi (Sata)</p>	480872	R\$ 548,94

		Disco Rígido de no mínimo 1 (um) Terabyte, padrão SATA 3 ou superior, velocidade mínima de 7.200 RPM e cachê de 32 MB. GARANTIA: 01 (um) ano.		
2	27	Placa de Rede Padrão: Pci-Express Velocidade Transferência: 10/100/1000 MB/S Alimentação: Da Interface Características Adicionais: Wake-On-Lan Aplicação: Conexão De Servidores À Rede Interface: Pci De 32 Bits Acompanha espelho para Perfil Baixo (Low Profile)	462602	R\$ 106,63
2	28	Memória Ram ddr4 8gb Módulo de memória RAM, padrão DDR4, capacidade de 8GB, com frequência mínima de 2133 MHz. GARANTIA: 01 (um) ano.	624339	R\$ 649,32
2	29	Bateria de Lithium 3V CR2032- Notebook Baterias não recarregáveis em condutores elétricos e equipamentos de força e distribuição; Bateria de Lithium 3V CR2032 - Formato Botão Compatível com conector para placa mãe notebook DELL Latitude 3410, 3420, 3450 Garantia de 6 meses	313931	R\$ 24,29
3	30	Limpa Contato Desumidificante Limpador de Contatos Elétricos. Composto de dicloro, fluoretano, metanol e dióxido de carbono constante dielétrica 8.07. Tensão Superficial 18.4. Mn/m. Volatilidade 100%. Unidade de Fornecimento Aerosol com 300ml, Características Adicionais Não Inflamável, Desumidificante, Evaporação Instantânea. Evita superaquecimento, falhas de contato, curtos-circuitos e outros problemas causados por sujeira em contatos elétricos.	454027	R\$ 25,95
3	31	Lubrificante Aerosol Desingripante – 300ml Solta com muita facilidade porcas e parafusos enferrujados, protege todas as partes metálicas expostas à umidade do ar e à corrosão. Desengripa, lubrifica e diminui o atrito e o desgaste entre diferentes tipos de peças metálicas.	450807	R\$ 28,47
		Pasta Térmica – 50g		

3	32	<p>Evita o superaquecimento dos componentes de equipamentos eletrônicos; Maximiza a área de superfície de contato entre os componentes e os dissipadores de calor; tem poder termocondutor, consegue absorver e transferir o calor da peça pro dissipador, que passa a alta temperatura pro cooler ou ventoinha, expulsando o ar quente pra fora do equipamento. A pasta térmica preenche o espaço entre o componente e o dissipador, eliminando o ar e melhorando a transferência de calor, o que ajuda a evitar o superaquecimento dos componentes.</p>	461526	R\$ 21,47
4	33	<p>Cabo de Força C13 - C14 1,8 metros</p> <p>Conectores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plug Macho: IEC 320 C14 - Plug Fêmea: IEC 320 C13 <p>Corrente Máxima: 10A, adequado para a maioria dos equipamentos eletrônicos e sistemas de alimentação.</p> <p>Tensão Máxima: 250V, compatível com a tensão das redes elétricas brasileiras.</p> <p>Tipo de Cabo: Tripolar 14 AWG (1,50mm²), oferecendo uma maior capacidade de carga e segurança para a transmissão de energia.</p> <p>Revestimento: Borracha de alta qualidade, que garante resistência ao desgaste e maior durabilidade.</p> <p>Normas de Conformidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NBR 13249 (norma brasileira para cabos de força) • NBR 6147 (norma para cabo de eletricidade) <p>Certificado IEX 13.0241 pelo Inmetro, garantindo total conformidade com as exigências de segurança.</p>	604285	R\$ 31,37
4	34	<p>Cabo de Força C13 - C14 3 metros</p> <p>Conectores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plug Macho: IEC 320 C14 - Plug Fêmea: IEC 320 C13 <p>Corrente Máxima: 10A, adequado para a maioria dos equipamentos eletrônicos e sistemas de alimentação.</p> <p>Tensão Máxima: 250V, compatível com a tensão das redes elétricas brasileiras.</p> <p>Tipo de Cabo: Tripolar 14 AWG (1,50mm²), oferecendo uma maior capacidade de carga e segurança para a transmissão de energia.</p>	604285	R\$ 34,12

		<p>Revestimento: Borracha de alta qualidade, que garante resistência ao desgaste e maior durabilidade.</p> <p>Normas de Conformidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NBR 13249 (norma brasileira para cabos de força) • NBR 6147 (norma para cabo de eletricidade) <p>Certificado IEX 13.0241 pelo Inmetro, garantindo total conformidade com as exigências de segurança.</p>		
4	35	<p>Cabo de Força C13 - C14 5 metros</p> <p>Conectores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plug Macho: IEC 320 C14 - Plug Fêmea: IEC 320 C13 <p>Corrente Máxima: 10A, adequado para a maioria dos equipamentos eletrônicos e sistemas de alimentação.</p> <p>Tensão Máxima: 250V, compatível com a tensão das redes elétricas brasileiras.</p> <p>Tipo de Cabo: Tripolar 14 AWG (1,50mm²), oferecendo uma maior capacidade de carga e segurança para a transmissão de energia.</p> <p>Revestimento: Borracha de alta qualidade, que garante resistência ao desgaste e maior durabilidade.</p> <p>Normas de Conformidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NBR 13249 (norma brasileira para cabos de força) • NBR 6147 (norma para cabo de eletricidade) <p>Certificado IEX 13.0241 pelo Inmetro, garantindo total conformidade com as exigências de segurança.</p>	604285	R\$ 46,43
4	36	<p>Filtro de Linha, 1500Watts, entrada 110/220V, com 6 tomadas, cabo de 1,80m</p> <p>Filtro de Linha para proteção contra picos de tensão e sobrecarga com potência</p> <p>Potência máxima de operação: 1270W em 127v/ 2200W em 220v</p> <p>Corrente máxima de operação: 10 Ampères</p> <p>Bivolt com 6 tomadas.</p> <p>Padrão norma Abnt Nbr 14136.</p> <p>Cabo com 1,50 Metros.</p> <p>Com Fusível de proteção e Led indicador</p>	328365	R\$ 65,67

		Caixa plástica com material antichamas		
4	37	<p>Estabilizador Microprocessado 300 VA</p> <p>Capacidade: Mínimo 300 VA (Volt-Ampere), adequado para proteger equipamentos eletrônicos de pequeno porte, como computadores, modems, roteadores e periféricos.</p> <p>Tecnologia: Microprocessado, com controle automático para estabilização da tensão de saída, garantindo fornecimento constante mesmo em variações da rede elétrica.</p> <p>Faixa de entrada: Bivolt, Suporta variações típicas da rede elétrica, geralmente entre 140 V e 280 V (varia conforme modelo).</p> <p>Faixa de saída: Tensão estabilizada e regulada na faixa de 110 V a 120 V ou 220 V (conforme configuração regional), com variações mínimas para proteger os equipamentos.</p> <p>Precisão: Estabilização da tensão de saída com variação máxima de $\pm 5\%$.</p> <p>Tempo de resposta: Rápido, em milissegundos, para correção imediata das variações de tensão.</p> <p>Proteções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contra sobretensão e subtensão • Contra curtos-circuitos • Contra sobrecarga • Contra picos de energia e ruídos <p>Indicadores: LEDs ou display digital indicando status da alimentação, proteção ativada, sobrecarga, e falha na rede elétrica.</p> <p>Conectores: Múltiplas tomadas de saída padrão (geralmente 2 a 4), compatíveis com plugs nacionais.</p> <p>Dimensões: Compacto e leve, ideal para uso residencial e pequenos escritórios.</p>	357441	R\$ 319,12

	Aplicações: Proteção de equipamentos sensíveis como computadores, roteadores, impressoras, TVs, aparelhos de som e outros dispositivos eletrônicos.		
	Normas: Atende às normas técnicas nacionais de segurança e eficiência energética.		

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, **prevalecem as disposições deste Termo de Referência.**

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185/23.

1.2. O objeto desta contratação são caracterizados como "bens comuns", conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, passível de prorrogação, contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.5. O contrato ou documento equivalente oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2 Trata-se da possibilidade de eventual contratação para aquisição de itens de informática, atendendo demandas atuais e supervenientes das seguintes UASG's:
- 2.2.1 Instituto de Biociências de Botucatu (IBB)
 - 2.2.2 Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Botucatu (FMVZ)
 - 2.2.3 Administração Geral do Câmpus de Botucatu (AGBTU)
 - 2.2.4 Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB)
 - 2.2.5 Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA)
 - 2.2.6 Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos - Botucatu (CEVAP)*
 - 2.2.7 Instituto de Biotecnologia - Botucatu (IBTEC)*
 - 2.2.8 Centro de Estudos Ambientais - Rio Claro (CEA)*
 - 2.2.9 Instituto de Biociências - Rio Claro (IB)
 - 2.2.10 Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro (IGCE)
 - 2.2.11 Instituto de Ciência e Tecnologia - Sorocaba (ICT)
 - 2.2.12 Instituto de Ciências e Engenharia - Itapeva (ICE)

Obs.: As Unidades assinadas com () estão administrativamente vinculadas à Reitoria da UNESP.

- 2.3. O objeto da contratação está previsto no plano de contratação anual 2025.
- 2.4. Cada Unidade será responsável por realizar suas aquisições, emitir os empenhos, ajustar a entrega com a contratada, e executar o pagamento através de depósito em conta no Banco do Brasil, 30 dias após a liquidação do item. A contratada deverá emitir a nota fiscal de acordo com os dados de cada solicitante, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE (UASG)	DESCRIÇÃO E CNPJ PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO ONDE SERÃO ENTREGUES OS PRODUTOS E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO
IBB (102315)	Instituto de Biociências de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0022-59	Almoxarifado do IBB Rua Prof. Dr. Antônio Celso Wagner Zanin, nº 50, Botucatu-SP – CEP 18618-689. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Emanuel (14) 3880-0805 Email: almoxarifado.ibb@unesp.br
FMVZ (102312)	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0020-97	Almoxarifado da FMVZ Rua Prof. Doutor Walter Mauricio Correa, s/nº, no Distrito de Rubião Júnior, Botucatu, SP – CEP 18618-681. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Pedro (14) 3880-2277 Email: almoxarifado.fmvz@unesp.br

AG (102311)	Administração Geral do Câmpus de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0002-05	Seção de Materiais da AG - Predio da Administração Geral do Campus Rua Dr. Mauro Rodrigues de Oliveira s/n, Distrito de Rubião Júnior, Botucatu-SP – CEP 18618-688. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Ed Wilson (14) 3880-3081 Email: ed.wilson@unesp.br
FMB (102313)	Faculdade de Medicina de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0019-53	Almoxarifado da FMB Rua Prof. Rubens Maria Lopes, s/nº (Entrada pelo estacionamento do Prédio da Administração da Faculdade de Medicina) - Distrito de Rubião Junior, Botucatu-SP - CEP 18618-687. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Jose Roberto (14) 3880-1103 Email: j.branco@unesp.br
FCA (102314)	Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0021-78	Almoxarifado da FCA Avenida Universitária, nº 3780. Altos do Paraíso Botucatu, SP - CEP 18610-034. Fazenda Experimental Lageado. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 14h às 17:30h Contato: Leopoldo (14) 3880-7153 Email: almox.fca@unesp.br
CEVAP* (102301) *REITORIA	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho CNPJ: 48.031.918/0001-24	Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos da UNESP - Câmpus de Botucatu Rodovia Alcides Soares, Km 3, Portaria 2 - Fazenda Experimental Lageado, UNESP Botucatu-SP - CEP 18619-002 Telefone: 14 3880-7108 Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Leticia/Mayara (14) 3880-7241; (14) 3880-7108 Email: leticia.araujo@unesp.br
IBTEC* (102301) *REITORIA	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho CNPJ: 48.031.918/0001-24	Instituto de Biotecnologia - Câmpus de Botucatu Alameda das Tecomarias, s/n - Chácara Capão Bonito Botucatu/SP - CEP 18607-440 Telefone: 14 3880-0849 Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Igor Miranda Johson (14) 3880-0849; (14) 3880-0880 Email: secretaria.ibtec@unesp.br
		Centro de Estudos Ambientais - Câmpus de Rio Claro Avenida 18-A, com rua 16-B - s/n - Bairro Bela Vista - Rio Claro/SP - CEP 13.506-900

CEA* (102301) *REITORIA	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho CNPJ: 48.031.918/0001-24	Telefone: (19) 3526-9480 Segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30min e das 13h30min às 17h. Contato: Jorbson Antonio Giovanni (19) 99734-8186. Email: jorbson.giovanni@unesp.br
IB – RIO CLARO (102322)	Instituto de Biociências - Rio Claro-SP CNPJ: 48.031.918/0018-72	Av 24 A, 1515 Bela vista, Rio Claro/SP CEP: 13506-900 Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Daniel Muller de Carvalho (19) 3526-4113 Email: comprasib.rc@unesp.br
IGCE – RIO CLARO (102323)	Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro-SP CNPJ: 48.031.918/0010-15	Almoxarifado do IGCE - Prédio da Administração Av 24 A, 1515 Bela vista, Rio Claro/SP. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Simone (19) 3526 9115 Email: simone.bulbov@unesp.br, almoxarifadoigce.rc@unesp.br
ICT – SOROCABA (102326)	Instituto de Ciência e Tecnologia - Sorocaba-SP CNPJ: 48.031.918/0035-73	Seção Técnica de Materiais (Compras) Av. Três de Março, 511 – Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP – CEP 18087-180 Segunda a sexta-feira, das 8:30h às 11h30min e das 13h30min às 16:30h Contato: Luis Guilherme C. Abdala (15) 3238-3474 Email: compras.icts@unesp.br
ICE – ITAPEVA (102331)	Instituto de Ciências e Engenharia - Câmpus de Itapeva CNPJ: 48.031.918/0036-54	Rua Geraldo Alckmin, 519 - Vila Nossa Senhora de Fátima - Itapeva/SP - CEP: 18.409-010 Segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 16h Contato: Milton Mattos (15) 3524-9100 ramal 9136 Email: milton.mattos@unesp.br ; dieny.rosa@unesp.br ; compras.itapeva@unesp.br

2.5. Como benefícios resultantes das aquisições, espera-se equipar e assegurar um ambiente de trabalho adequado para assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas, técnicas, acadêmicas e de pesquisa das unidades, contribuindo para a infraestrutura de TI, que é indispensável ao desenvolvimento das atividades institucionais. Assim, os benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja serão atendidos com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, e de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros.

3. Descrição da solução

3.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.2. Quantidade estimada de cada item por partícipe:

Seq.	Grupo	Item	Cotar	Descrição	100505	100512	100515	100523	100534	100501	100506	100507	100523	100526	100531	
					BOTUCATU					RIO CLARO			SOROCABA		ITAPEVA	
					Quantidade Estimada para o IS	Quantidade Estimada para o PMV2	Quantidade Estimada para o AG	Quantidade Estimada para o PM3	Quantidade Estimada para o FCA	Quantidade Estimada para a REITORIA (CEVAP)	Quantidade Estimada para a REITORIA (IBTEC)	Quantidade Estimada para a REITORIA (CEA)	Quantidade Estimada para o IS	Quantidade Estimada para o IGCE	Quantidade Estimada para o ICT	Quantidade Estimada para o ICE
1	1	1	47485	Adaptador de Rede USB sem fio	5	0	3	5	50	5	5	3	10	20	10	5
2	1	2	45416	Mouse Sem fio	5	10	5	1	10	10	8	10	0	0	7	0
3	1	3	45103	Teclado sem fio com trackpad	2	0	5	5	50	10	8	0	2	2	0	0
4	1	4	45040	Cabo de Som para Computador 2W RMS	10	5	5	20	20	10	2	5	0	0	0	0
5	1	5	43585	Cabo Adaptador Displayport para HDMI	20	10	15	20	15	5	5	3	10	15	0	0
6	1	6	43030	Cabo Adaptador CV HDMI macho para VGA 16mm CbR 5M	10	20	5	20	15	5	5	3	15	15	0	0
7	1	7	65976	Cabo HDMI 15 Metros 4x 2.0 Com Conector 24k Gold Plated	5	10	5	5	20	4	1	0	21	20	20	10
8	1	8	67170	Fone de ouvido Headset com fio	10	20	10	25	15	25	5	15	50	10	0	10
9	1	9	60870	Câmera para Videoconferência	10	20	5	15	50	15	5	7	15	17	10	10
10	1	10	62504	Splitter HDMI - Divisor de sinal HDMI	4	10	0	4	20	5	0	0	10	0	4	0
11	1	11	61350	Splitter HDMI - Divisor de sinal HDMI	2	0	0	2	10	5	0	0	0	10	0	0
12	1	12	62270	Switcher HDMI - Seleção de Sinal HDMI	2	10	0	5	10	10	0	0	0	0	0	0
13	1	13	62021	Extensor HDMI	1	0	0	2	20	10	0	0	0	0	6	10
14	1	14	61225	Pen Drive 16GB	15	10	5	50	60	10	5	5	11	10	0	2
15	1	15	62131	SSD Externo Portátil 1TB 850C	10	30	20	50	60	10	2	6	15	15	10	10
16	1	16	59754	HD Externo 1TB	2	5	0	5	20	5	0	0	2	0	0	0
17	1	17	67647	Monitor de vídeo	5	20	0	2	50	10	2	0	11	20	0	0
18	2	1	31301	Bateria de Lítium 3V CI2032	100	20	10	100	10	10	20	20	50	40	0	10
19	2	2	31650	Fonte Alimentação Chaveada ATX, 24 Pinos no Conector SATA, 400W 20+4 Pinos	5	10	2	20	25	10	5	0	1	1	0	5
20	2	3	61934	Placa de Vídeo PCI-E 1GB, DDR3, 110W / 10W / VGA	2	1	1	5	15	5	0	0	0	0	0	0
21	2	4	44507	SSD 600GB - 1 oneto 2,5"	10	10	10	50	10	10	2	5	10	10	10	10
22	2	5	25305	Placa USB 3.0 5Gbps Pci-e X1 Com 2 Portas + Perfil Baixo ComMS - Instl-pci-e	2	1	1	2	15	5	0	0	0	0	0	0
23	2	6	62150	Módulo de Memória 16GB DDR4	10	0	1	20	10	12	2	6	10	10	10	0
24	2	7	62111	SSD NVMe	10	0	5	10	10	10	5	0	10	15	0	0
25	2	8	62112	Placa de vídeo compatível com Dell Optiplex 3090	1	0	1	2	10	3	0	0	0	0	0	0
26	2	9	48072	Placa Gráfica 1TB	5	1	0	5	10	10	0	1	0	0	0	0
27	2	10	45107	Placa de Rede	5	1	5	1	20	5	0	0	1	1	0	1
28	2	11	62408	Memória Ram ddr4 8gb	0	4	4	10	20	5	2	0	10	15	0	0
29	2	12	31301	Bateria de Lítium 3V CI2032- Notebook	10	15	10	5	10	10	5	8	50	50	0	0
30	3	1	45107	Linha Contato Desembaralhante	5	5	2	5	22	25	1	1	5	17	0	2
31	3	2	45087	Lubrificante Aerosol Desengripante - 300ml	5	5	2	5	8	25	1	1	2	15	0	2
32	3	3	45145	Pasta Térmica - 50g	3	2	1	5	10	5	1	1	2	0	0	2
33	4	1	60425	Cabo de Força C13 - C14 1,8 metros	5	2	1	1	10	10	10	0	0	0	0	0
34	4	2	60425	Cabo de Força C13 - C14 3 metros	1	2	1	1	10	10	5	0	0	2	0	0
35	4	3	60425	Cabo de Força C13 - C14 5 metros	1	2	1	1	10	5	2	0	0	1	0	0
36	4	4	32635	Filtro de Linha, 1500Watts, entrada 110/220V, com 6 tomadas, cabo de 3,00m	20	30	20	50	110	12	5	2	30	25	0	10
37	4	5	35748	Processador Microprocessado 300 Ws	10	1	0	1	15	10	15	25	5	10	0	0

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação, em alguns itens, será admitida a indicação de marca e modelo referenciais.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data de recebimento do e-mail comunicando a emissão da Nota de Empenho

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com as notas fiscais de venda, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se as notas fiscais ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/06, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.21. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.21.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.21.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.21.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.578.055,21 (um milhão, quinhentos e setenta e oito mil, cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos)**, conforme custos unitários estimados na pesquisa de preços. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” de cada Unidade participante desta licitação.

10.2. Para O Instituto de Biociências, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Instituto de Biociências

II) Fonte de Recursos: Tesouro

III) Programa de Trabalho: 12.122.4807.6351 Apoio Técnico Administrativo do Ensino Superior

IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.52.34 Outros Equipamentos e Material Permanente e 3.3.30.90 Material de Consumo

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLEDEMIR BARDUCO JUNIOR

Equipe de apoio

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

1.1. Número do processo: 466/2026

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade de aquisição de itens de informática, surge em função da crescente demanda por manutenção, substituição e ampliação de equipamentos nos diversos setores, departamentos, laboratórios, etc. das Unidades que compõem a Regional 3 do “Projeto de Regionalização” da Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão (PROPEG). Este projeto visa a melhora contínua da gestão das demandas, através da estruturação do “fluxo de demandas” das Unidades, tornando o processo mais organizado, eficiente e eficaz. As Unidades que compõem a Regional 3 estão localizadas em quatro cidades: Botucatu (IB, FM, FCA, FMVZ e AG); Rio Claro (IB, IGCE); Sorocaba (ICTS) e Itapeva (ICE), além das Unidades Complementares alocadas na região, sob responsabilidade da Reitoria.

2.2. Esses itens são essenciais para assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas, técnicas, acadêmicas e de pesquisa das unidades, contribuindo para a infraestrutura de TI, que é indispensável ao desenvolvimento das atividades institucionais.

2.3. A indisponibilidade ou obsolescência dos itens de informática compromete diretamente a produtividade, a qualidade dos serviços prestados e a segurança da informação, impactando negativamente os usuários internos e externos da instituição.

2.4. A contratação visa garantir a disponibilidade contínua dos itens de informática, com o objetivo de manter atualizada e funcional a infraestrutura tecnológica da universidade, atendendo às demandas emergentes e periódicas de seus departamentos.

2.5. A solução envolve a aquisição dos itens especificados conforme as necessidades técnicas levantadas pelas áreas solicitantes. Note-se que para alguns itens, há indicação de Marca e Modelo a fim de garantir a padronização com os equipamentos já existentes. A gestão da aquisição, da liquidação, estocagem e pagamento ficará a cargo de cada UASG compradora, que se comprometerá a informar a Unidade Gestora (Instituto de Biociências de Botucatu) de cada empenho emitido, bem como a publicidade deste documento na forma da lei 14.133/2021 e demais decretos e resoluções pertinentes.

3. Áreas requisitantes

3.1. Diretoria Técnica de Informática – IBB/UNESP

Obs.: As demais unidades serão consultadas quanto ao interesse na participação deste certame após a definição completa dos itens que comporão a licitação acompanhadas de seus descritivos completos.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Da garantia do produto

4.1.1. Os materiais deverão ser novos, originais de fábrica, com qualidade compatível ao uso institucional, e atender aos requisitos técnicos mínimos especificados no Termo de Referência. Os fornecedores deverão garantir regularidade na entrega dos itens, assegurando o abastecimento contínuo das unidades.

4.1.2. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.1.3. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues em não conformidade, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

4.1.4. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores a comprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

4.2. Da validade do produto

4.2.1. De acordo com a Legislação Vigente.

4.3. Da escolha da marca de referência

Para alguns itens serão exigidas as Marcas/Modelos indicadas nas descrições dos itens, segundo orientação da área técnica (Diretoria de Informática), que pontuou os itens necessários para manter a padronização e garantir a compatibilidade com os aparelhos constantes nas Unidades.



4.4. Dos critérios de aceitação de amostras

4.4.1. Não se aplica.

4.5. Entrega e critérios de aceitação do objeto.

4.5.1. O prazo para entrega será de 30 (trinta) dias, contados do envio da Nota de Empenho.

4.5.1.1. As Notas de Empenho serão emitidas conforme a necessidade das Unidades da UNESP envolvidas.

4.5.1.2. As entregas deverão ser realizadas nos endereços descritos no termo de referência (Anexo I do Edital).

4.5.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das SANÇÕES ADMINISTRATIVAS regulamentadas na Portaria Unesp nº 135, de 20 de dezembro de 2023.

4.5.1.4. A remessa do pedido deverá ser iniciada após o envio da Nota de Empenho ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão. Para os órgãos participantes a remessa será iniciada conforme orientações do órgão.

4.5.1.5. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

4.6. A execução dos serviços previstos neste do ETP respeitará, rigorosamente, as portarias vigentes da UNESP.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas alternativas do fornecimento por diversos meios. A compra direta demonstrou ser a opção mais vantajosa financeiramente, pois permite maior controle de qualidade e otimização dos recursos institucionais.

5.2. A pesquisa de preços foi realizada nos sites especializados, orçamentos junto aos fornecedores, banco de preços e Portal Nacional Compras Públicas - PNCP. De acordo com os parâmetros indicados na IN 65/2021, foi adotada a média dos preços obtidos nas pesquisas.

5.3. Das possíveis soluções existentes no mercado.

5.3.1. Das Soluções:

5.3.1.1. Solução 1 - Realizar aquisições parciais conforme demanda, devido ao fato de surgirem novas solicitações junto à Diretoria Técnica de Informática, durante o exercício.

5.3.1.2. Solução 2 - Realizar Registro de Preços a fim de disponibilizar o acesso aos itens conforme demanda. Esses materiais apresentam consumo frequente na Instituição, e cujo uso a Instituição não pode prescindir, porém, apresentam variação de acordo com as solicitações feitas pelos Setores dos Campi, não sendo possível prever com exatidão os quantitativos a serem adquiridos em determinado período de tempo, possibilitando a aquisição mediante Sistema de Registro de Preços, permitindo, ainda, a ampla disputa, com valores condizentes com o mercado e de acordo com as necessidades da Unesp, campus de Botucatu.

5.4. Das possíveis formas de contratação.

5.4.1. Das Formas:

5.4.1.1. Forma 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

5.4.1.2. Forma 2 - Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

5.4.1.3. Forma 3 - Realizar licitação própria.

5.4.2. Da análise das formas de contratação:

5.4.2.1. Forma 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão, que atendesse as necessidades das Unidades.

5.4.2.2. Forma 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação, que atendesse as necessidades das Unidades.

5.4.2.3. Forma 3 - É possível a realização de licitação, coordenada pelos agentes de contratações da Seção Técnica de Materiais, nos ditames preconizados pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) 14.133/2021.

5.5. Da conclusão.



5.5.1. Diante do exposto, conclui que a melhor alternativa é a realizar a licitação própria, nos termos da Forma 3 para a execução da Solução 2.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Cabe salientar que a descrição da solução levou em consideração os aspectos gerais da aquisição, acompanhada das justificativas técnicas e econômica da escolha do tipo de solução.

6.2. Com base em levantamento de mercado também se verificou que o tipo de solução escolhida (Registro de Preços para eventual aquisição, mediante pregão eletrônico) é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência e práticas do mercado. A utilização do Registro de Preços se faz necessária, diante da entrega do objeto, que será feita conforme a demanda de cada Unidade.

6.3. Para atender as necessidades acima especificadas, deve-se fornecer o objeto nas condições supra estabelecidas, através do Sistema de Registro de Preços – SRP, sendo que a demanda deverá ser atendida conforme a emissão de autorização de fornecimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.4. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do adequado e perfeito fornecimento dos itens, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

7.1. A estimativa de consumo foi baseada no histórico de aquisições dos últimos anos e na previsão de uso para os próximos 12 meses e através de consulta de estimativo de consumo a ser feita às Unidades que irão participar desta Licitação.

7.2. Estimativo das quantidades a serem contratadas pelo Instituto de Biociências, para o período de 12 meses:

Seq.	Grupo	Item	Catmat	Descrição	Quantidade Estimada para o IB	Valor Unitário Estimado	Valor total Estimado (para o IB)
1	1	1	474885	Adaptador de Rede USB sem fio	5	R\$ 149,83	R\$ 749,15
2	1	2	464166	Mouse Sem Fio	5	R\$ 135,95	R\$ 679,75
3	1	3	451820	Teclado sem fio com trackpad	2	R\$ 189,64	R\$ 379,28
4	1	4	450440	Caixa de Som para Computador 3W RMS	10	R\$ 62,85	R\$ 628,50
5	1	5	435888	Cabo Adaptador Displayport para Hdmi	20	R\$ 95,12	R\$ 1.902,40
6	1	6	435920	Cabo Adaptador GV HDMI-macho para VGA-fêmea Cbh.641	10	R\$ 53,98	R\$ 539,80
7	1	7	625976	Cabo Hdmi 15 Metros 4k 2.0 Com Conector 24k Gold Blindado	5	R\$ 189,67	R\$ 948,35
8	1	8	621478	Fone de ouvido Headset com fio	20	R\$ 250,62	R\$ 5.012,40
9	1	9	608702	Câmera para Videoconferência	10	R\$ 549,97	R\$ 5.499,70
10	1	10	625974	Splitter HDMI- Divisor de sinal HDMI	4	R\$ 268,20	R\$ 1.072,80
11	1	11	615201	Splitter HDMI- Divisor de sinal HDMI	2	R\$ 311,89	R\$ 623,78
12	1	12	622760	Switcher HDMI - Seletor de Sinal HDMI	2	R\$ 403,38	R\$ 806,76
13	1	13	625974	Extensor HDMI	4	R\$ 917,61	R\$ 3.670,44
14	1	14	612258	Pen Drive 32GB	15	R\$ 57,11	R\$ 856,65
15	1	15	627107	SSD Externo Portátil 1TB USB-C	80	R\$ 1.033,37	R\$ 82.669,60
16	1	16	397354	HD Externo 1TB	2	R\$ 767,70	R\$ 1.535,40
17	1	17	620142	Monitor de vídeo	5	R\$ 743,94	R\$ 3.719,70
18	2	1	313931	Bateria de Lithium 3V CR2032	200	R\$ 4,73	R\$ 946,00
19	2	2	378324	Fonte Alimentação Chaveada ATX, 24 Pinos no Conector SATA, 400W 20+4 Pinos	5	R\$ 267,25	R\$ 1.336,25
20	2	3	619314	Placa de Vídeo PCI-E 1GB, DDR3, HDMI / DVI / VGA:	2	R\$ 999,53	R\$ 1.999,06
21	2	4	449232	SSD 480GB – Formato 2,5”	80	R\$ 558,50	R\$ 44.680,00

22	2	5	253865	Placa USB 3.0 5gbps Pci-e X1 Com 2 Portas + Perfil Baixo Comm5 - 2usb-pci-e.	2	R\$ 81,29	R\$ 162,58
23	2	6	622838	Módulo de Memória 16GB – DDR4	10	R\$ 1.007,23	R\$ 10.072,30
24	2	7	627121	SSD NVMe	10	R\$ 816,13	R\$ 8.161,30
25	2	8	629122	Placa de vídeo compatível com Dell Optiplex 3000	1	R\$ 2.017,42	R\$ 2.017,42
26	2	9	480872	Disco Rígido 1TB	5	R\$ 548,94	R\$ 2.744,70
27	2	10	462602	Placa de Rede	5	R\$ 106,63	R\$ 533,15
28	2	11	624339	Memória Ram ddr4 8gb	8	R\$ 649,32	R\$ 5.194,56
29	2	12	313931	Bateria de Lithium 3V CR2032- Notebook	30	R\$ 24,29	R\$ 728,70
30	3	1	454027	Limpa Contato Desumidificante	5	R\$ 25,95	R\$ 129,75
31	3	2	450807	Lubrificante Aerosol Desingripante – 300ml	5	R\$ 28,47	R\$ 142,35
32	3	3	461526	Pasta Térmica – 50g	3	R\$ 21,47	R\$ 64,41
33	4	1	604285	Cabo de Força C13 - C14 1,8 metros	5	R\$ 31,37	R\$ 156,85
34	4	2	604285	Cabo de Força C13 - C14 3 metros	1	R\$ 34,12	R\$ 34,12
35	4	3	604285	Cabo de Força C13 - C14 5 metros	1	R\$ 46,43	R\$ 46,43
36	4	4	328365	Filtro de Linha, 1500Watts, entrada 110/220V, com 6 tomadas, cabo de 1,80m	20	R\$ 65,67	R\$ 1.313,40
37	4	5	357441	Estabilizador Microprocessado 300 VA	10	R\$ 319,12	R\$ 3.191,20
Total estimado IB =>							R\$ 194.948,99

7.3. Quantitativo por Unidade Unesp-Botucatu:

Os quantitativos serão apurados via IRP, e serão detalhados posteriormente no Termo de Referência.

7.4. Unidades Participantes:

As Unidades Participantes serão as que compõem a Regional nº 03 da Universidade Estadual Paulista, além da Reitoria.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Considerando a média dos valores orçados, feita através de fornecedores, consulta de compras publicadas site do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, e a estimativa das quantidades conforme item 7 deste ETP, caso o mesmo seja executado na sua integralidade, o valor contratado pelo Instituto de Biociências será de **R\$ 194.948,99**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando a dinâmica das demandas Unidades da UNESP envolvidas em relação ao fornecimento dos objetos deste estudo, que requer flexibilidade quanto aos quantitativos e datas, é sugerida a implementação de um Sistema de Registro de Preços (SRP) com vigência de 1 (um) ano, passível de prorrogação pelo mesmo período, inclusive os quantitativos, nos termos da legislação vigente.

9.2. A adoção do SRP trará benefícios significativos, incluindo a padronização dos procedimentos de aquisição, a otimização dos recursos administrativos e a flexibilidade necessária para atender às demandas.

9.3. Serão permitidas adesões à ata de registro de preços, limitadas às Unidades da UNESP autorizadas pela Reitoria. Esta limitação tem caráter operacional, devido ao fato de que a Autarquia utiliza sistemas próprios de gerenciamento de Empenho, o que inviabiliza a gestão de demais UASGS.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, pois não havia sido definida a elaboração de ata de registro de preços para esta finalidade. No entanto, há no PCA uma proposta de contratação para atender aos itens que serão adquiridos, conforme abaixo:

11.1.1. ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000029/2025;

11.1.2. Data de publicação no PNCP: 14/08/2024;

11.1.3. Id dos itens no PCA: 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47;

11.1.4. Classe/Grupo: 5325, 5915, 5935, 5970, 5975, 6070, 6145, 7060;

11.1.5. Identificador da Futura Contratação: 102315-197/2025;

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Melhoria da infraestrutura tecnológica das unidades da UNESP, proporcionando condições adequadas para o desempenho das atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa.

12.2. Aumento da eficiência operacional dos setores institucionais, com equipamentos atualizados e funcionais que reduzem falhas e retrabalho.

12.3. Racionalização dos gastos públicos por meio da economia de escala proporcionada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilitando melhores negociações com fornecedores.

12.4. Garantia de atendimento às demandas emergenciais e regulares, com fornecimento conforme necessidade, evitando a obsolescência de equipamentos e a compra desnecessária.

12.5. Redução do tempo de inatividade e interrupções nos serviços de TI, por meio da reposição ágil de componentes e periféricos essenciais.

12.6. Maior controle e padronização dos itens adquiridos, assegurando compatibilidade técnica com os sistemas e equipamentos em uso na instituição.

12.7. Otimização da gestão de estoque e do orçamento institucional, por meio de aquisições planejadas e com entrega programada conforme demanda real.

12.8. Apoio direto ao ensino, pesquisa e extensão, com a manutenção de um parque tecnológico adequado às necessidades contemporâneas da educação superior.

13. Providências a serem adotadas

13.1. Por se tratar de aquisição que acontece continuamente, não se faz necessária nenhuma adequação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os itens deverão seguir as normas e legislações vigentes a fim de evitar os possíveis impactos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade.

Os argumentos apresentados são consistentes e têm viabilidade econômico-financeira.

16. Responsáveis

Botucatu, 13 de maio de 2025.

Eder Lourenço
Equipe de apoio

Cledemir Junior Barduco
Equipe de apoio

Evandro Nunes Martins Mioni
Equipe de apoio

Davi Lourenço Müller
Agente da Contratação

UNESP- INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DE BOTUCATU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º **0000x/2026**

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, por intermédio do Instituto de Biociências de Botucatu, com sede na Rua Antonio Celso Wagner Zanin, nº 250, Bairro: Campus da UNESP de Botucatu, CEP 18.618-689, Distrito de Rubião Junior, na cidade de Botucatu, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 48.031.918/0022-59, neste ato representado pela Senhora **Percília Cardoso Giaquinto**, nomeada pela Portaria da Reitora de 22/01/2025, publicado no DOE de 23/01/2025, portadora da identificação funcional nº 513407-9, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o **Processo Administrativo n.º 0466/2026-IBB**, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de licitação nº 90002/2026-IBB**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ITENS DE INFORMÁTICA REMANESCENTES PELO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS E DEMAIS UNIDADES PARTÍCIPIES PERTENCENTES À REGIONAL Nº3 DA UNESP DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, ADMITIDA PRORROGAÇÃO DE QUANTITATIVO E VIGÊNCIA, POR IGUAL PERÍODO** conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do *Edital de Pregão Eletrônico nº 90002/2026-IBB*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Especificação	Marca conforme Edital	Modelo conforme Edital	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade conforme Edital

Obs.: Cada Unidade será responsável por realizar suas aquisições, emitir os empenhos, ajustar a entrega com a empresa, e executar o pagamento através de depósito em conta no Banco do Brasil, 30 dias após a liquidação da aquisição. A contratada deverá emitir a nota fiscal de acordo com os dados de cada solicitante, conforme as informações a seguir que pormenorizam os dados do órgão gerenciador e dos órgãos participantes.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será o Instituto de Biociências de Botucatu.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, são órgãos ou entidades participantes do registro de preços:

UNIDADE (UASG)	DESCRIÇÃO E CNPJ PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO ONDE SERÃO ENTREGUES OS PRODUTOS E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO
IBB (102315)	Instituto de Biociências de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0022-59	Almoxarifado do IBB Rua Prof. Dr. Antônio Celso Wagner Zanin, nº 50, Botucatu-SP – CEP 18618-689. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Emanuel (14) 3880-0805 Email: almoxarifado.ibb@unesp.br
FMVZ (102312)	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0020-97	Almoxarifado da FMVZ Rua Prof. Doutor Walter Mauricio Correa, s/nº, no Distrito de Rubião Júnior, Botucatu, SP – CEP 18618-681. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Pedro (14) 3880-2277 Email: almoxarifado.fmvz@unesp.br
AG (102311)	Administração Geral do Câmpus de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0002-05	Seção de Materiais da AG - Predio da Administração Geral do Campus Rua Dr. Mauro Rodrigues de Oliveira s/n, Distrito de Rubião Júnior, Botucatu-SP – CEP 18618-688. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Ed Wilson (14) 3880-3081 Email: ed.wilson@unesp.br
FMB (102313)	Faculdade de Medicina de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0019-53	Almoxarifado da FMB Rua Prof. Rubens Maria Lopes, s/nº (Entrada pelo estacionamento do Prédio da Administração da Faculdade de Medicina) - Distrito de Rubião Junior, Botucatu-SP - CEP 18618-687. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Jose Roberto (14) 3880-1103 Email: j.branco@unesp.br
FCA (102314)	Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0021-78	Almoxarifado da FCA Avenida Universitária, nº 3780. Altos do Paraíso Botucatu, SP - CEP 18610-034. Fazenda Experimental Lageado. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 14h às 17:30h Contato: Leopoldo (14) 3880-7153 Email: almox.fca@unesp.br
CEVAP* (102301) *REITORIA	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos da UNESP - Câmpus de Botucatu

	CNPJ: 48.031.918/0001-24	Rodovia Alcides Soares, Km 3, Portaria 2 - Fazenda Experimental Lageado, UNESP Botucatu-SP - CEP 18619-002 Telefone: 14 3880-7108 Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Leticia/Mayara (14) 3880-7241; (14) 3880- 7108 Email: leticia.araujo@unesp.br
IBTEC* (102301) *REITORIA	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho CNPJ: 48.031.918/0001-24	Instituto de Biotecnologia - Câmpus de Botucatu Alameda das Tecomarias, s/n - Chácara Capão Bonito Botucatu/SP - CEP 18607-440 Telefone: 14 3880-0849 Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Igor Miranda Johson (14) 3880-0849; (14) 3880-0880 Email: secretaria.ibtec@unesp.br
CEA* (102301) *REITORIA	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho CNPJ: 48.031.918/0001-24	Centro de Estudos Ambientais - Câmpus de Rio Claro Avenida 18-A, com rua 16-B - s/n - Bairro Bela Vista - Rio Claro/SP - CEP 13.506-900 Telefone: (19) 3526-9480 Segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30min e das 13h30min às 17h. Contato: Jorbson Antonio Giovanni (19) 99734- 8186. Email: jorbson.giovanni@unesp.br
IB – RIO CLARO (102322)	Instituto de Biociências - Rio Claro-SP CNPJ: 48.031.918/0018-72	Av 24 A, 1515 Bela vista, Rio Claro/SP CEP: 13506-900 Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Daniel Muller de Carvalho (19) 3526-4113 Email: comprasib.rc@unesp.br
IGCE – RIO CLARO (102323)	Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro- SP CNPJ: 48.031.918/0010-15	Almoxarifado do IGCE - Prédio da Administração Av 24 A, 1515 Bela vista, Rio Claro/SP. Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h Contato: Simone (19) 3526 9115 Email: simone.bulbov@unesp.br , almoxarifadoigce.rc@unesp.br
ICT – SOROCABA (102326)	Instituto de Ciência e Tecnologia - Sorocaba-SP CNPJ: 48.031.918/0035-73	Seção Técnica de Materiais (Compras) Av. Três de Março, 511 – Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP – CEP 18087-180 Segunda a sexta-feira, das 8:30h às 11h30min e das 13h30min às 16:30h

		Contato: Luis Guilherme C. Abdala (15) 3238-3474 Email: compras.icts@unesp.br
ICE – ITAPEVA (102331)	Instituto de Ciências e Engenharia - Câmpus de Itapeva CNPJ: 48.031.918/0036-54	Rua Geraldo Alckmin, 519 - Vila Nossa Senhora de Fátima - Itapeva/SP - CEP: 18.409-010 Segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 16h Contato: Milton Mattos (15) 3524-9100 ramal 9136 Email: milton.mattos@unesp.br ; dieny.rosa@unesp.br ; compras.itapeva@unesp.br



Estimativos das Unidades

Seq.	Grupo	Item	Catmat	Descrição	102315	102312	102311	102313	102314	102301	102301	102322	102323	102326	102331
					Quantidade Estimada para o IB	Quantidade Estimada para a FMVZ	Quantidade Estimada para a AG	Quantidade Estimada para a FMB	Quantidade Estimada para a FCA	Quantidade Estimada para a REITORIA (CEVAP)	Quantidade Estimada para a REITORIA (IBTEC)	Quantidade Estimada para a REITORIA (CEA)	Quantidade Estimada para o IB	Quantidade Estimada para o IGCE	Quantidade Estimada para o ICT
1	1	1	474885	Adaptador de Rede USB sem fio	5	6	2	5	50	5	5	2	10	20	10
2	1	2	464166	Mouse Sem Fio	5	10	5	1	60	10	3	16	0	0	7
3	1	3	451820	Teclado sem fio com trackpad	2	4	5	3	50	10	3	0	2	2	0
4	1	4	450440	Caixa de Som para Computador 3W RMS	10	5	5	20	25	10	2	5	0	0	0
5	1	5	439888	Cabo Adaptador Displayport para Hdmi	20	10	15	20	45	5	5	3	10	15	0
6	1	6	435920	Cabo Adaptador GV Hdmi-macho para VGA+Remea Cbh.641	10	20	5	20	45	5	5	3	15	18	0
7	1	7	625976	Cabo Hdmi 15 Metros 4K 2.0 Com Conector 24k Gold Blindado	5	10	1	5	20	4	1	0	21	29	20
8	1	8	621478	Fone de ouvido Headset com fio	20	20	30	25	45	15	5	18	50	33	0
9	1	9	606702	Câmera para Videoconferência	10	20	1	15	50	15	5	7	16	12	10
10	1	10	625974	Splitter Hdmi- Divisor de sinal Hdmi	4	15	0	4	20	5	0	0	10	0	4
11	1	11	615201	Splitter Hdmi- Divisor de sinal Hdmi	2	4	0	2	10	5	0	0	0	10	0
12	1	12	622760	Switcher Hdmi- Seletor de Sinal Hdmi	2	15	0	4	10	10	0	0	0	0	0
13	1	13	625974	Extensor Hdmi	4	4	0	3	30	10	0	0	0	6	5
14	1	14	612258	Pen Drive 32GB	15	10	5	50	60	30	5	5	11	19	0
15	1	15	627107	SSD Externo Portatil 1TB USB-C	80	30	20	50	80	10	2	6	45	36	10
16	1	16	367254	HDD Externo 1TB	2	1	0	5	20	1	0	3	2	0	0
17	1	17	620142	Monitor de video	5	20	6	2	51	10	2	3	11	20	0
18	2	1	313931	Bateria de Lithium 3V CR2032	200	20	50	200	80	30	25	22	50	90	4
19	2	2	378324	Fonte Alimentação Chaveada ATX, 24 Pinos no Conector SATA, 400W 20+4 Pinos	5	10	2	20	25	10	5	0	4	4	0
20	2	3	613314	Placa de Video PCI-E 10B, DDR3, Hdmi / DVI / VGA:	2	1	1	5	15	5	0	0	0	0	0
21	2	4	449232	SSD 480GB - Formato 2,5"	80	30	20	50	80	10	2	6	45	36	10
22	2	5	253869	Placa USB 3.0 5Gbps Pci-e X1 Com 2 Portas + Perfil Baixo Com m5 - 2usb-pci-e.	2	1	1	2	15	5	0	0	0	0	0
23	2	6	622838	Módulo de Memória 16GB - DDR4	10	4	4	20	10	12	2	6	10	10	28
24	2	7	627121	SSD NVMe	10	6	5	10	40	10	5	0	10	15	0
25	2	8	629122	Placa de video compativel com Dell Optiplex 3000	1	4	1	2	10	3	0	0	0	6	0
26	2	9	488872	Disco Rígido 1TB	5	1	0	5	10	10	0	1	3	3	0
27	2	10	463602	Placa de Rede	5	1	5	5	20	5	0	0	1	1	0
28	2	11	624339	Memória Ram ddr4 8gb	8	4	4	10	20	6	2	0	10	15	0
29	2	12	313931	Bateria de Lithium 3V CR2032- Notebook	30	15	10	5	10	10	5	8	50	50	0
30	3	1	454027	Limpa Contato Desumidificante	5	5	2	5	22	15	1	1	5	17	0
31	3	2	450807	Lubrificante Aerosol Desengripante - 300ml	5	5	2	5	8	15	1	1	2	18	0
32	3	3	461526	Pasta Térmica - 50g	3	2	1	5	10	5	1	1	2	8	0
33	4	1	604285	Cabo de Força C13 - C14 1,8 metros	5	2	1	1	10	10	10	0	0	0	0
34	4	2	604285	Cabo de Força C13 - C14 3 metros	1	2	1	1	10	10	5	0	0	2	0
35	4	3	604285	Cabo de Força C13 - C14 5 metros	1	2	1	1	10	5	2	0	0	6	0
36	4	4	328365	Filtro de Linha, 1500Watts, entrada 110/220V, com 6 tomadas, cabo de 1,80m	20	30	20	50	110	12	5	2	30	26	0
37	4	5	357441	Estabilizador Microprocessado 300 VA	10	1	0	1	15	30	15	22	5	10	0

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional [equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado].

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores incluído nesta ata na forma de anexo, quando for o caso, consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito que seja exigida na documentação que integra o instrumento convocatório, quando houver, e a habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva, quando for o caso, serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, quando houver, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:



5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que mantiveram sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto neste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja realizado reajustamento dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do reajustamento dos preços desta ata. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

- a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;
- b) restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;

b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.



9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a *emissão de nota de empenho*, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de *02 (dois) dias úteis*, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no

instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.1. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.4.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.4.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.4.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;



11.4.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.4.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.4.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.6. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada *em via eletrônica*, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, *encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2.*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1- 2

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	MARCA	QTDE	UNID.	VALOR UNIT
1					
2					
3					
(...)					

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	MARCA	QTDE	UNID.	VALOR UNIT
1					
2					
3					
(...)					

PORTARIA UNESP Nº 135, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133-2021 no âmbito da UNESP.

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal 14.133-2021, expede a seguinte Portaria:

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

Capítulo II Das Definições

Artigo 2º - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal 14.133-2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III - Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV - Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V - Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 UFESPs.

VI - Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

Capítulo III Das Infrações

Artigo 3º - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133-2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei 12.846, de 1-8-2013

Capítulo IV Das Sanções

Seção I Das Espécies de Sanções

Artigo 4º - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal 14.133-2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º - Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

2. as peculiaridades do caso concreto;

3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º - A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

§3º - Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

§4º - Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal 14.133-2021.

Seção II Da Sanção de Advertência

Artigo 5º - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Seção III

Da Sanção de Multa

Artigo 6º - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - multa compensatória de 10% do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - multa compensatória de 20% do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - multa compensatória de 30% do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - multa contratual de 2%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) multa de mora de 0,3%, calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) multa de mora de 0,4% calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

§1º - Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

§2º - As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

§3º - A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% do valor contratado.

§4º - Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

§5º - As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

1. descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
2. compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
3. cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
4. cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

§6º - Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

§7º - No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a

rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

§8º - A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1. após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados;

2. a contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação;

3. a contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

§9º - O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

Seção IV

Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 7º - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 anos.

Parágrafo único - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

Seção V

Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 8º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

Seção VI

Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções

Artigo 9º - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal 14.133-2021.

Artigo 10 - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado;

II - as sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada;

III - a Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal 14.133-2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal 12.846, de 1-8-2013;

IV - a extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal 9.830-2019;

V - para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal 4.657-1942, modificada pela Lei 13.655-2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal 9.830-2019 que o regulamenta.

Seção VII

Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções

Artigo 11 - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

Parágrafo único - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual 10.177-1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

Seção VIII

Dos Cadastros e Comunicações

Artigo 12 - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

Artigo 13 - No prazo máximo 15 dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei 14.133-2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

Artigo 14 - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de “Apenados” do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Capítulo V

Das Disposições Finais

Artigo 15 - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou ineligibilidade de licitação.

Artigo 16 - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

Artigo 17 – Permanecem regidos pela Portaria UNESP 6, de 13-1-2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei 8.666-1993 ou da Lei 10.520-2002.

Artigo 18 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Proc. 1723-2021-Runesp)

Pub. DOE nº 139, de 21/12/2023, p. 75

FIM DO DOCUMENTO

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo

ANEXO IV - Declarações

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do
licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão
Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo
299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.357/2022, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

